

Artigo recebido em:
07.04.2019

Aprovado em:
17.04.2019

A ética jornalística de Mario Magalhães na produção da biografia de Marighella

Sérgio Luiz Gadini

Jornalista, professor Dr.
do Curso de Jornalis-
mo e do Programa de
Pós-Graduação (Mes-
trado) em Jornalismo da
Universidade Estadual
de Ponta Grossa.

E-mail: sergiogadini@
yahoo.com.br.

Felipe Adam

Jornalista e doutorando
em Comunicação Social
pela Pontifícia Univer-
sidade Católica do Rio
Grande do Sul (PUC-RS).
Bolsista da Coordenação
de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior
(Capes).

E-mail: felipeadam91@
gmail.com.

Sérgio Luiz Gadini
Felipe Adam

Resumo

As publicações editoriais biográficas assinadas por jornalistas se tornaram mais um meio de trabalho para jornalistas escritores. Dados da Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, indicam que as biografias apresentaram um crescimento de 11,14% na produção de livros em 2017, em relação a 2016. O presente trabalho discute a questão ética na escrita biográfica do jornalista Mário Magalhães em *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012). A partir da leitura de Cornu (1994), Guerra (2008), Gauthier (2015), Miguel e Biroli (2010) e Vieira (2015), o estudo aponta que o gênero biográfico é uma grande reportagem e, por isso, são observados elementos éticos inerentes ao texto jornalístico como a verdade, transparência, liberdade. Além disso, a obra analisada propõe uma resignificação diante do biografado: de um personagem esquecido a um protagonista da resistência no período da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Ética profissional. Biografia jornalística. Ética em jornalismo.

The journalistic ethics of Mario Magalhães in the production of Marighella's biography

Abstract

The biographical editorial publications signed by journalists have become another means of working for journalists writers. Data from the Brazilian Chamber of Books, the National Union of Book Publishers and the Foundation for Economic Research indicate that the biographies showed a growth of 11.14% in book production in 2017, in relation to 2016. This article discusses the ethical question in the biographical writing of the journalist Mário Magalhães in *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012). From the reading of Cornu (1994), Guerra (2008), Gauthier (2015), Miguel and Biroli (2010) and Vieira (2015), the study points out that the biographical genre is a great report and, therefore, ethical elements inherent in the journalistic text are observed, such as truth, transparency, freedom. In addition, the work analyzed proposes a resignification before the biography: from a forgotten character to a protagonist of resistance in the period of the Brazilian military dictatorship.

Key words: Professional ethics. Journalistic biography. Ethics in journalism.

Em novembro de 2019, completam-se 50 anos do assassinato do político e ex-guerrilheiro baiano Carlos Marighella. Negro e pobre, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e um dos líderes da Ação Nacional Libertadora (ANL), parte da vida de Marighella foi retratada em filme lançado neste ano. Dirigido por Wagner Moura, o longa é estrelado por Seu Jorge no papel-título e Adriana Esteves como Clara Charf, companheira do protagonista.

A cinebiografia se baseia na obra *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, escrita pelo jornalista carioca Mário Magalhães. Resultado de nove anos de trabalho, o livro foi lançado em 2012 pela editora Companhia das Letras. Laureada como a melhor biografia de 2012 pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), mesmo título oferecido pelo Prêmio Direitos Humanos em 2013, além do Prêmio Literário *Casa de las Américas* no ano de 2014.

Porém, a conquista mais lembrada é o troféu de ouro de melhor biografia, segundo o Jabuti de Literatura. Vaz (2014, p. 23) lembra que o prêmio máximo do mercado editorial brasileiro proporciona, como principal legado, “a diversidade cultural em um país cada vez mais dominado pelas novas tecnologias, mas que ainda cultiva algumas ações como essa de valorização do papel do livro na sociedade”. Entretanto, o reconhecimento não corresponde ao que o público realmente consome. De acordo com o site *Publishnews*¹, o livro mais vendido em 2012 na categoria não-ficção foi o primeiro volume de *Nada a perder*. Com quase 300 mil exemplares comercializados, a biografia do bispo Edir Macedo foi escrita em parceria com o jornalista Douglas Tavolaro.

De acordo com a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro², as biografias apresentaram um crescimento de 11,14% em comparação ao ano de 2016, o que corresponde a 5.710.986 milhões de exemplares no total. Portanto, este artigo possui a intenção de responder o seguinte problema: Em que medida a ética dialoga com a prática da reportagem na perspectiva da biografia jornalística? Para buscar uma resposta à questão, propõe-se analisar o livro *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, publicado pela editora Companhia das Letras em 2012. A fim de organizar melhor as ideias, no próximo tópico o artigo se propõe em reconstituir o contexto do biografismo a partir dos anos 1990 e em seguida, discutir o suporte livro-reportagem. Adiante, se debate os conceitos de verdade, transparência e liberdade empregados pelo jornalista na confecção biográfica.

A cultura do consumo no biografismo

Segundo Karine Vieira (2015), embora os jornalistas já flertassem com a escrita biográfica nos anos 1930, o *boom* de produção e vendagem do gênero ocorreria somente a partir da década de 1980, quando o carioca Alberto Dines publica *Morte no paraíso: A tragédia de Stephen Zweig* (1981), o mineiro Fernando Morais lança *Olga* (1985) e a paulista Regina Echeverría, *Furacão Elis* (1985). Nos anos 1990, outros jornalistas também se aventuram nesse campo, como o mineiro Ruy Castro em *O anjo pornográfico* (1992), o carioca Marcel Souto Maior em *As vidas de Chico Xavier* (1994) e o paulista Jorge Caldeira com *Mauá: Empresário do império* (1995). Outro sucesso editorial de Ruy Castro - *Estrela solitária: Um brasileiro chamado Garrincha* (1995) -, chegou a sair às prateleiras, mas enfrentou processo pelas herdeiras do ex-jogador. Mesmo destino ocorreu com *Noel Rosa: Uma biografia* (1990), dos cariocas João Máximo e Carlos Didier.

Porém, um dos casos mais polêmicos da história do biografismo ocorreu em 2006, quando o jornalista baiano Paulo Cesar de Araújo lançou *Roberto Carlos em Detalhes* e não foi compreendido pelo biografado. No fim daquele ano, o cantor e compositor capixaba reagiu ao protagonizar um embate contra à liberdade de expressão, como relata o trecho abaixo:

Ao contrário das respostas anteriores, ditas em meio a sorrisos, nessa o cantor fechou o semblante e falou pausadamente: “Eu não li o livro todo, mas as coisas de que tomei conhecimento

¹Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/13/2012/0/0>. Acesso em 28 mar. 2019.

²Ano-Base 2017. Encomendada pela Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional dos Editores de Livro e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, a pesquisa divulgou que os temas didáticos, religiosos e de literatura adulta foram os mais produzidos no Brasil. Disponível em <http://www.snel.org.br/apresentado-o-resultado-da-pesquisa-producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro-ano-base-2017>. Acesso em 29 mai. 2018.

e que leram pra mim, e tudo aquilo que eu tenho conhecimento do livro, sinceramente, me desagradam muito”. Parecia que ele iria encerrar o assunto por aí, pois a frase seguinte saiu um pouco hesitante, truncada: “Tem muita coisa...pra falar a verdade...”. O cantor para por alguns segundos, como se procurasse as palavras, se ajeita na cadeira e então segue na resposta agora em tom mais enfático e sem hesitação. “Pra começar, é uma biografia não autorizada e cheia de coisa que não são verdadeiras. E coisas que ofendem a mim e a pessoas muito queridas, pessoas maravilhosas e que são expostas e colocadas ali numa exposição absolutamente sensacionalista. Eu acho um absurdo isso. Acho que essas pessoas merecem o devido respeito, e eu também. Acho não, com certeza. (ARAÚJO, 2014, p. 223).

³No dia 3 de julho, integrantes da classe artística foram ao Congresso Nacional presenciar a votação de um PL que “estabelecia novas regras para cobrança, arrecadação e distribuição dos direitos autorais de obras musicais no Brasil” (ARAÚJO, 2014, p. 426).

⁴“Ruy Castro diz que pagaria ‘dízimo’ para escrever sem censura”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1355300-ruy-castro-diz-que-pagaria-dizimo-para-escrever-sem-censura.shtml>. Acesso em 21 mar. 2019.

⁵“STF afasta exigência prévia de autorização para as biografias” (10/06/2015). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=293336>. Acesso em 09 ago. 2018.

⁶“Decisão histórica trará boom de biografias”, diz Ruy Castro. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150610_biografias_decisao_rm. Acesso em 21 mar. 2019.

⁷“Um ano após a liberação das biografias, decisão não abriu a porteira para as não autorizadas”. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,um-ano-apos-a-liberacao-das-biografias-decisao-nao-abriu-a-porteira-para-as-nao-autorizadas,10000055171>. Acesso em 21 mar. 2019.

⁸Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/13/2018/0/0>. Acesso em 19 mar. 2019.

Depois do primeiro contato com a imprensa, os problemas se sucederam a partir de janeiro de 2007. Araújo (2014, p. 230) relembra como recebeu a informação de que seria processado: “Será uma ação conjunta de Roberto e da família de Maria Rita contra você e a editora *Planeta*. Eles entrarão em dois processos, um cível e outro criminal, pedindo a proibição e o recolhimento dos livros, além de indenização e multa por invasão de privacidade”. Além disso, o “Rei” considerou que 14 trechos do livro seriam provocantes. “Dessas catorze passagens, seis são consideradas injuriosas a Roberto Carlos e oito difamatórias. Nenhuma caluniosa” (ARAÚJO, 2014, p. 248). O fim dessa história marcou uma fase que teria reflexo seis anos mais tarde.

No segundo semestre de 2013, o caso voltaria à tona. Na época, parte da classe artística – Caetano Veloso, Chico Buarque, Djavan, Erasmo Carlos, Gilberto Gil, entre outros – se reunia num grupo intitulado *Procure Saber* sob a liderança da empresária Paula Lavigne. O intuito era proteger os membros da MPB, como já havia sido feito meses antes, em julho³. Na época da polêmica das biografias não-autorizadas, o jornalista Ruy Castro chegou a criticar os artistas desse grupo a respeito do que ele chamou de campanha antidemocrática, ao dizer que vários profissionais são afetados, como ensaístas, documentaristas e demais pesquisadores⁴. Agora, o foco era o combate às biografias não-autorizadas que, durante todo o mês de outubro, pautaram as principais discussões da mídia nacional. O que essa classe artística não esperava era que, à medida que o debate se acentuava, jornalistas, escritores e demais intelectuais ganhavam apoio. Na verdade, “[...] mais de um mês de muita polêmica fomentada por troca de farpas em crônicas e colunas de jornais, e entrevistas na televisão entre artistas, jornalistas, biógrafos, biografado e historiadores [...] o grupo *Procure Saber* já estava rachado” (VIEIRA, 2015, p. 62), especialmente após Roberto Carlos decidir sair da associação.

Caberia ao Judiciário decidir o imbróglio. Em 2015⁵, por unanimidade, os nove ministros do Superior Tribunal Federal (STF) decidiram a favor da liberação das biografias sem autorização prévia do biografado ou familiar do protagonista. Embora houvesse uma expectativa de produção e vendagem⁶, menos de um ano depois, as livrarias não recebiam a esperada onda de lançamentos biográficos⁷. Na contramão, obras de cunho memorialístico e autobiografias de artistas que aproveitaram o espaço para escreverem a própria história. Só em 2018, por exemplo, dos 20 livros mais vendidos na categoria não-ficção, cinco (25%) se relacionavam às histórias de vida⁸.

Antes de analisar os elementos jornalísticos que corroboram para a prática da ética na escrita biográfica, abre-se espaço para o esclarecimento da funcionalidade do livro-reportagem, suporte utilizado nas narrativas biográficas. No próximo tópico serão utilizados os conceitos do teórico Otto Groth (2011) e do professor Edvaldo Pereira Lima (2009).

Livro-reportagem

O alemão Otto Groth representa um marco nos estudos em Jornalismo. As definições relacionadas à periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade - o que ele chamou de essência da Ciência dos Jornais - foram concebidas e publicadas ao longo da década de 1960. Para Groth (2011, p. 164), a periodicidade incute a ideia de regularidade; sem ela, as definições de jornal “como algo universal e atual não seria de

forma alguma efetuable”. Quanto à universalidade, o autor se refere ao conteúdo dos próprios periódicos. “Sem a universalidade, todo esforço em encontrar ressonância em camadas sociais mais amplas seria inconcebível e em vão. (...) O jornal é hoje o maior educandário, a ‘escola dos adultos’” (GROTH, 2011, p. 218). Isto é, a universalidade significa uma extensão da vida e ainda o impacto causado em cada indivíduo.

Em seguida, Groth (2011, p. 223) disserta sobre a atualidade, característica taxada pelo teórico como a “tarefa mais urgente, a sua força mais potente”. Nela, está uma tendência de aproximação com o presente, uma busca pela simultaneidade, definido por ele como um “tipo ideal que nunca será alcançado completamente” (GROTH, 2011, p. 226). Por fim, chegamos à publicidade que, para Groth, significa tornar público.

O jornal também foi denominado como “objeto público” neste sentido, pois ele exerce uma função pública, um “cargo público”, uma “magistratura”. No conceito “opinião pública” inserem-se três dos significados aqui tratados de “público”: ela é a opinião de um público = sentido (social) subjetivo, ela é a opinião sobre o que é público, das coisas que dizem respeito a este público = sentido (subjetivo/) objetivo, e ela é o que é acessível e conhecido de maneira geral por cada um, visível = sentido objetivo. (GROTH, 2011, p. 267).

Para descrever o livro-reportagem, Lima (2009) se baseia nos conceitos de Groth. Diante dos quatro atributos da ciência dos jornais, os que mais se encaixariam seriam as definições de universalidade e publicidade⁹ – contudo, diverge em dois pontos. “O livro-reportagem não apresenta *periodicidade*, tem quase sempre caráter monográfico, bem como seu conceito de *atualidade* deve ser compreendido sob uma ótica de maior elasticidade do que o que se aplica às publicações periódicas” (LIMA, 2009, p. 30).

Porém, embora o livro-reportagem não se qualifique perfeitamente nos quatro tópicos defendidos por Groth, Lima (2009, p. 39) o considera como sub-sistema do jornalismo, já que “[...] seu catalisador, ou disparador, é a *grande-reportagem*, assim como no jornalismo cotidiano o catalisador é a *notícia*”. Mesmo assim, não se pode classificar essa plataforma impressa como simplesmente uma extensão da reportagem. Rocha e Xavier (2013, p. 155) combatem essa definição e admitem que “[...] os procedimentos metodológicos adotados na produção de um livro reportagem são semelhantes aos que compõem o processo de produção jornalística, [...] no entanto, suportes diferentes e suas especificidades no tratamento destes procedimentos devem ser consideradas”. Entre eles, a necessidade de um uso maior de fontes na obtenção de dados, a humanização no relato dessas fontes e a observação como uma das técnicas da apuração jornalística (ROCHA; XAVIER, 2013).

Não tem como desconsiderar todos esses elementos no processo de produção do livro-reportagem, desde a seleção do tema, passando pela apuração, construção do texto, edição e veiculação. Lembrando que a apuração, construção do texto e edição ocorrem concomitantemente no livro-reportagem. É justamente essa inter-relação entre todos esses fatores elencados, ora se sobressaindo um ou outro, ora não, que consiste as especificidades do suporte e o afasta de uma visão singela de que ele é apenas uma extensão da reportagem. (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 154).

A partir daqui, o artigo destaca os conceitos de verdade, transparência, liberdade em associação com o objeto selecionado para a análise: a biografia do político e ex-militante, Carlos Marighella. Publicado pela editora Companhia das Letras, o livro possui 582 páginas distribuídos em 43 capítulos - além do prólogo e epílogo - separados em três partes.

O repórter-biógrafo e a busca da verdade

Ao refletir sobre a relação das pessoas diante dos chamados pseudo-ambientes, o jornalista estadunidense Walter Lippmann abordava como o pensamento dos indivíduos leitores eram influenciados pelos jornais da época, manifestados diante de um ambiente não-real. No trecho de *Opinião pública*, publicado em 1922, Lippmann enunciava:

⁹No livro *Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura* (2009), Edvaldo Pereira Lima substitui o quarto aspecto defendido por Groth - publicidade - por difusão coletiva.

Grandes homens, mesmo durante o período de suas vidas, são usualmente conhecidos pelo público somente através de uma personalidade fictícia [...] Personagens monárquicos são, evidentemente, personagens fabricados. Se eles acreditam em suas imagens públicas, ou se meramente permitem que o camareiro as gerenciem, há pelo menos dois seres distintos, o ser público e o régio, o privado e o humano. As biografias de grandes personalidades enquadram-se mais ou menos prontamente nas histórias destes dois seres. O biógrafo oficial reproduz a vida pública, e as memórias reveladoras o outro. (LIPPMANN, 2004, p. 24).

O autor não se referia à biografia no sentido editorial, mas essa indicação às histórias de vida transparece uma reflexão sobre a função do jornalista biógrafo: a humanização dos indivíduos. Para propor um retrato do personagem, Mário Magalhães buscou referências em artigos, monografias, dissertações, teses, jornais, revistas, filmes.

Para esquadrihar os passos de Marighella, beneficiei-me da generosidade e paciência de 256 pessoas entrevistadas e consultadas. Algumas em numerosas sessões, somando às vezes dezenas de horas de perguntas e respostas. Todas foram importantes e a todas agradeço: da professora de inglês do estudante Marighella, no velho Ginásio da Bahia, ao companheiro que foi apanhar o guerrilheiro cinquentão na vizinhança da alameda Casa Branca e o encontrou morto; dos partidários incondicionais aos adversários mais encarniçados. Sem suas recordações, esta biografia não existiria. Seus nomes aparecem a seguir, bem como a relação dos cerca de seiscentos títulos que compõe a bibliografia, dos 32 arquivos públicos e privados onde garimpei relíquias documentais e de outras fontes valiosas. (MAGALHÃES, 2012, p. 583).

Embora o protagonista estivesse falecido, Magalhães foi guiado pela busca da verdade. Ao contrário da corrente do *New Journalism*, que previa o uso de elementos literários para a construção de uma narrativa mais agradável, o biógrafo se apropriou de documentos ou de memórias das fontes – que poderiam se tornar traiçoeiras – para reconstituir uma trajetória de vida. Por exemplo, no trecho a seguir: “Os policiais o chutam e esmurram, ele não cai e retribui as agressões. Um gosto adocicado tempera sua boca. É o sangue que o empapa” (MAGALHÃES, 2012, p. 21). Afastado da ficção, Magalhães (2012, p. 584) indica a origem de todas as informações. “Como eu poderia escrever que Marighella, ao ser baleado no cinema em 1964, sentiu gosto adocicado no sangue que empapou sua boca? Uma nota esclarece: ele contou, em determinado livro”.

Em noticiários, o senso comum se agarra no jornalismo como um dos produtos responsáveis pelas informações confiáveis. Gauthier (2015, p. 208) discorre sobre o realismo jornalístico em dois enunciados: “1) Existe uma realidade independente do Jornalismo [...] que provêm a construção jornalística. [...] 2) O Jornalismo consiste na produção de asserções verdadeiras sobre esta realidade independente. A atribuição de valor de verdade é atividade anterior à construção jornalística”. Além disso, o autor atenta mais adiante que “[...] inferir que o Jornalismo está sujeito à verdade não é, evidentemente, afirmar que a prática jornalística é sempre, de fato, determinada pela verdade” (GAUTHIER, 2015, p. 211).

Josenildo Guerra destaca três princípios básicos da reportagem: objetividade, neutralidade e imparcialidade. Para o autor, o primeiro tópico “[...] significa a correspondência entre o dito pela notícia e o fato real noticiado [...] ou seja, à realidade que é própria do fato, sem a influência do repórter, o sujeito do conhecimento no jornalismo” (GUERRA, 2008, p. 42). Outro ponto analisado por ele é a neutralidade, ou seja, a imunidade contra fatores externos, “interesses – emotivos, financeiros, políticos, etc. - que orbitem em torno do fato que está cobrindo” (GUERRA, 2008, p. 45). Por último, Guerra (2008, p. 47) destaca a imparcialidade, requisito que busca assegurar “[...] o exercício da liberdade de expressão para os diversos interesses que giram em torno do fato, o embate entre diferentes pensamentos e o amplo direito do contraditório”. Em *Marighella*, a narrativa é constituída por frases curtas carregadas de informação, o que torna a leitura densa, como indicado no trecho a seguir.

Depois das privações e perdas, enredou-se no furacão Marighella. Descobriu-se apaixonada e correspondida. Numa das caminhadas pelas cercanias da rua Santa Luzia, eles se beijaram pela primeira vez. Passaram a se tratar na intimidade como Lobinho e Chapeuzinho. [...] Para sorte do casal que se formava, o amor não tinha hora marcada nem era mesmo questão de sensatez. (MAGALHÃES, 2012, p. 196-197).

Entretanto, Miguel e Biroli (2010, p. 66) contestam a noção da imparcialidade – pelo menos como é atualmente praticada. Segundo eles, a partir dos estudos de Iris Marion Young e Nancy Fraser, infere-se que “[...] a imparcialidade reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal”. Sendo assim, essa ideia seria inatingível:

A noção que permeia a prática jornalística [...] de que a consideração dos “dois lados” permite que o pluralismo social seja produzido ou reproduzido de forma razoável pelos meios de comunicação e a objetividade seja atingida, ignora o caráter conflitivo das relações sociais e da política e, especialmente, silencia sobre os critérios que definem quais as vozes relevantes. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 67).

Essa relevância de vozes ganha destaque no momento da escolha dos biografados por parte dos jornalistas. Nancy Fraser, no texto de Miguel e Biroli (2010, p. 67), converge no entendimento ao perceber “[...] que existem grupos socialmente desfavorecidos e grupos socialmente privilegiados”. Tanto a escolha do biografado quanto às fontes que irão auxiliar o jornalista biógrafo com depoimentos respeitam alguns critérios. A decisão pelo protagonista em si parte do escritor, em conversa com a editora; porém, a seleção das fontes é – em parte – de responsabilidade do autor do livro. No trecho abaixo, Magalhães relembra a decisão de escolher o personagem Marighella.

Por que biografar quem fora fuzilado em novembro de 1969? Eu desejava contar uma vida fascinante, sem as amarras de tempo e espaço, características das emergências de uma redação de jornal; para um repórter, poucos desafios equivalem a descobrir e narrar a epopeia de quem quase sempre se viu obrigado a pelear nas sombras; Marighella me permitiu mergulhar em quatro décadas conturbadas do Brasil e do mundo do século XX. (MAGALHÃES, 2012, p. 584).

A preferência não diz respeito à figura do *gatekeeper*¹⁰, mas se conclui que alguns critérios de noticiabilidade possam ser obedecidos. “O processo de *gatekeeping* começa quando um profissional da comunicação transforma a informação sobre um evento em uma mensagem” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 37). Várias razões comprovam que Carlos Marighella merecia uma biografia: além de um personagem da história política do Brasil, Marighella era fruto de uma miscigenação: filho de um imigrante italiano e de uma brasileira negra. Comunista, resistiu contra o governo getulista; eleito deputado federal, lutou contra a ditadura militar até ser assassinado em 1969. Nessa reflexão, fatores como importância, impacto, interesse influenciaram na seleção do protagonista. Porém, “[...] o *gatekeeper* não tem total liberdade para seguir caprichos pessoais; ele deve optar dentro das restrições das rotinas de comunicação de forma a realizar suas tarefas de uma maneira e não de outra. Tudo isso também deve ocorrer dentro da moldura da organização de comunicação” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 163).

Movida a compreender o sujeito biógrafo, Vieira (2015, p. 44) buscou entender as vozes autorais de Alberto Dines, Lira Neto, Mário Magalhães, Regina Zappa, Ruy Castro e as reflexões sobre a arte do biografar. “Para o biógrafo enquanto pesquisador, o horizonte do conhecimento sobre uma trajetória de vida não tange a verdade sobre a mesma, mas sim uma verdade possível, a partir da investigação empreendida”. Especificamente, o contato de Magalhães com o trabalho biográfico se deu com Fernando Moraes quando dos bastidores de produção de *Chatô*, em 1987. “Primeiro, ele é um grande chefe de reportagem, um grande pauteiro. Eu tinha 23 anos. Segundo, me permitiu passear muito pela história, por exemplo, eu tive que ler para o Fernando toda a coleção do Diário da Noite Carioca, dos Associados” (MAGALHÃES *apud* VIEIRA, 2015, p. 128).

¹⁰A expressão foi elaborada por David Manning White sob o pseudônimo de Mr. Gates, no fim dos anos 1940, a partir de uma metáfora idealizada por Kurt Lewin (SHOEMAKER; VOS, 2011).

¹¹Trecho da entrevista do jornalista Mário Magalhães concedida exclusivamente à pesquisadora Karine Moura Vieira no dia 26/01/2013 (VIEIRA, 2015, p. 105).

A experiência marcou o início do trabalho jornalístico e fez com que o carioca se aproximasse ao ofício de biógrafo, sem largar da profissão cujo diploma foi conquistado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. “E eu sempre digo, eu não sou historiador, eu não sou um cientista político, eu sou um repórter e se eu falo é de questões mais profundas históricas e políticas é pra contextualizar os personagens no seu tempo”¹² (MAGALHÃES *apud* VIEIRA, 2015, p. 130). Ao longo do trabalho, o biógrafo de Marighella se propôs a revelar informações, desconstruir imagens míticas e apresentar um retrato humano das virtudes e pecados.

¹²Trecho da entrevista do jornalista Mário Magalhães concedida exclusivamente à pesquisadora Karine Moura Vieira no dia 26/01/2013 (VIEIRA, 2015, p. 105).

¹³Trecho da entrevista do jornalista Mário Magalhães concedida exclusivamente à pesquisadora Karine Moura Vieira no dia 26/01/2013 (VIEIRA, 2015, p. 105).

Mas eu fico abismado quando saem livros apresentados como reportagem de fôlego, sem furo, sem revelação. Eu não consigo imaginar isso. Pra mim é obrigatório ter revelação. Reportagem é furo. Tem várias outras coisas, podemos discutir, mas... há uma lista pra esse livro... eu não sei se esse livro tem centenas ou milhares de revelações. Tem uma lista que me pediram, de furos, só os principais. Eu elenquei 87. Então isso é uma coisa muito de repórter. Eu tenho que descobrir coisas novas, mesmo de épocas muito distantes. (MAGALHÃES *apud* VIEIRA, 2015, p. 178).¹³

Abaixo, o artigo discute aspectos da transparência, da liberdade e de como eles são observados na confecção biográfica de *Marighella*. Como reflexo da atuação dessas características, este trabalho observa como o protagonista ressurgiu diante da narrativa jornalística, reflexo do percurso biográfico.

Transparência e liberdade

Robert Darnton (1990, p. 87) já havia advertido que, “[...] como outros ofícios, o jornalismo tem sua mitologia própria”. Este tópico objetiva debater a ética, associada a outros elementos do código deontológico que circundam o ofício do jornalista. A propósito, a versão mais recente do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros data de 2007, assinada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em Vitória (ES). No documento, preza-se pelo dever do profissional em lutar pela liberdade de expressão, o respeito a integridade das fontes e o direito à intimidade do indivíduo. “São muitas as coincidências entre as recomendações da deontologia e as leis. O contrário é que seria motivo de espanto. Seria no entanto um erro considerar essas repetições como redundantes” (CORNU, 1994, p. 68).

Para chegar a uma definição sobre ética, o professor Patrick Lee Plaisance (2011) se inspirou nos estudos de Aristóteles, Immanuel Kant, John Stuart Mill e Alf Ross. Segundo Plaisance (2011, p. 25), a ética pode ser “[...] uma forma de investigação que se preocupa com o processo de encontrar justificações racionais para as nossas ações quando os valores que defendemos entram em conflito”. Uma das crenças de que o autor aborda no estudo diz respeito à transparência. Esse conceito envolve “o conteúdo das nossas mensagens emitidas a outras pessoas, mas exige que reflitamos sobre a forma e a natureza da nossa interação com os outros. A transparência não é apenas uma questão de respeito ao que dizemos, mas também por que dizemos e até mesmo como falamos” (PLAISANCE, 2011, p. 71). Esse tipo de discurso empregado pelo jornalista-escritor em uma obra biográfica transmite um sinal, uma mensagem que viabiliza um pacto com o público leitor. Magalhães é sincero e admite que embora tenha escrito sozinho, a pesquisa foi coletiva.

Um dos mitos do dito jornalismo investigativo é o do repórter super-homem, que faz e acontece, da apuração à edição, um geniozinho que prescinde de socorro. Trata-se de falsidade a serviço de lendas. Reportagens, como Marighella, resultam de esforço coletivo. Se eu mesmo fiz todas as entrevistas e consultei a maioria dos arquivos, tive a sorte de contar, na averiguação de muitos acervos, com o auxílio imprescindível de historiadores e jornalistas talentosos e persistentes. (MARIGHELLA, 2012, p. 586).

Para o professor Miquel Rodrigo Alsina, a efetividade do discurso jornalístico se denomina contrato pragmático fiduciário, ou seja, o indivíduo compra e concorda com aquilo que lê. “Devemos acreditar que isso que se diz é verdade, e que aconteceu

de fato assim mesmo. (...) A estratégia consiste em construir um discurso no qual se possa acreditar” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 48). Esse acordo reflete a legitimidade da função social do jornalista, que demonstra a necessidade de promover a transparência do trabalho. “Por essa razão, fazemos com que apareçam no discurso informativo as fontes da informação que o jornalista consultou, o jornalista lança mão das aspas para citar depoimentos técnicos [...] para que não haja dúvidas sobre ele” (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 48-49).

Outros docentes, Bill Kovach e Tom Rosenstiel, definem que a primeira lealdade do jornalismo é com os cidadãos e seria impossível pensar que esse ofício estaria contra às regras. “Esse compromisso com a população é o significado do que viemos chamar de independência jornalística” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 83). Plaisance (2011, p. 176), por sua vez, teoriza sobre o sentido das palavras para que não haja confusão de significados. “A *liberdade* ou *independência* muitas vezes se refere a um estado desejado de ausência de constrangimentos ou restrições quanto ao que podemos fazer. [...] A autonomia, por outro lado, se refere à nossa natureza *deliberativa*”.

Não que as fontes não mereçam ter o seu direito resguardado. Pelo contrário. Plaisance (2011, p. 153) reflete que “[...] o simples fato de que uma reportagem jornalística possa parecer ostensivamente invasiva não significa automaticamente que a cobertura seja nociva”. Isso é observado na seção “Agradecimentos”, quando o biógrafo de Marighella revela os bastidores, o percurso da escrita e as possíveis inspirações, bem como o contexto em que a obra foi produzida. “Os entrevistados contribuíram com revelações, sugestões, críticas, documentos, fotografias, recortes de jornais, gravações de áudio e incentivo. Nunca meus agradecimentos serão suficientes para saldar a dívida de gratidão que tenho com eles” (MAGALHÃES, 2012, p. 584), o que demonstra a relação de confiança e uma preocupação com a credibilidade junto ao leitor. Junto a Plaisance, Daniel Cornu (1994) reitera que o respeito pela existência humana está no centro dos códigos de deontologia da imprensa. Segundo ele:

A doutrina jurídica distingue, a propósito da defesa da personalidade, três domínios da existência humana: a vida íntima, a vida privada e a vida pública. Engloba na esfera íntima, ou secreta, "os factos e gestos que devem ser subtraídos ao conhecimento de outrem, com exceção das pessoas às quais esses factos foram especialmente confiados". Distinta dessa esfera protegida por um tabique estanque, a esfera privada engloba "os acontecimentos que cada um entende partilhar com um número restrito de outras pessoas às quais está ligado por laços relativamente apertados, como os seus familiares, amigos ou conhecimentos". Logo, estes factos não são secretos, porquanto podem ser conhecidos de um certo número de pessoas. Mas não se destinam a ser comunicados a um amplo público. Pelo contrário, os factos da vida pública, que pertencem à terceira esfera, "podem ser não só conhecidos de todos, mas também, regra geral, divulgados sem autorização". (CORNU, 1994, p. 94).

Ainda sobre a intimidade, o professor Francisco Karam (1997, p. 71) opina ao dizer que é muito difícil, por exemplo, defender a vida privada de uma personalidade como o presidente da República, quando “a dimensão de sua privacidade se dá em (...) atitudes com repercussão na esfera do cargo público, com desdobramentos ativos na sociedade”. Da mesma forma, o livro biográfico escolhido para análise. Contudo, Magalhães não mergulha profundamente na vida privada. Não por opção, mas porque Marighella realmente não deixou anotações do seu passado. Segundo o biógrafo, “(...) certa historiografia oficial se empenhou em eliminar da memória do país os rastros de Carlos Marighella. Por outro, ele tratou de não deixar pegadas em mais de duas décadas de clandestinidade rigorosa” (MAGALHÃES, 2012, p. 583).

Embora a atuação de Marighella como militante na história política brasileira tenha o estereotipado como o inimigo mais feroz da ditadura militar, evidenciar o passado de resistência é resgatar o que estava escondido, um atraso no acerto de contas. Para Halbwachs (1990, p. 26), “(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”. Essa abrangência do que é privado, do que é interesse público e até que ponto existe

liberdade formam os dilemas da responsabilidade que o jornalista tem enquanto integrante da sociedade (KARAM, 1997).

Há limites para o interesse público? Para que o público possa ter direito ao conhecimento dos fatos, Cornu (1994) alertou que é de grande importância a preservação da independência dos jornalistas e a dignidade reconhecida à profissão. Afinal de contas, “(...) a liberdade de informação é o espaço necessário à verdade” (CORNU, 1994, p. 60).

Considerações finais

Para elaborar um retrato de uma vida, não basta apenas pesquisar e escrever. Somente isso já seria uma tarefa árdua; contudo, um jornalista que se preze à tarefa de biografar um personagem irá ler o que for possível a respeito dessa pessoa, assistir gravações, conversar com familiares, amigos, vizinhos e demais conhecidos. Isso não se faz em uma semana, nem tampouco em meses. Ao mergulhar na história de outrem, o biógrafo “abandona seu *eu* demasiadamente exíguo no vestiário e sai à cata de aventuras” (DOSSE, 2009, p. 15). Dessa empatia, resulta-se a história – a mais fiel e possível da realidade – em formato de livro e que não se limita a uma única vida. No caso de *Marighella*, por exemplo, há um entrelaçamento da história do jornalista, dos partidos políticos e da própria Igreja.

Um dos resultados desta análise é observar como a indústria cultural se apodera de elementos e retifica o objeto numa nova roupagem. “Sujeitos do seu tempo, esses personagens (...) são apresentados com um novo significado, não como uma reinvenção da sua existência, mas com outra possibilidade de entendimento e registro de memória e de valor da sua trajetória” (FONSECA; VIEIRA, 2011, p. 106). Como ocorreu com retratos de Ernesto Che Guevara e Frida Kahlo, a figura de Marighella também serviu como símbolo da resistência na América Latina. Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015, p. 19) afirmam que vivemos a era do capitalismo artista: “O consumo com componente estético adquiriu uma relevância tal que constitui um vetor importante para a afirmação identitária dos indivíduos”.

Outra reflexão aqui apresentada é sobre a relação ética no processo de escrita biográfica por jornalistas. Conforme explicado por Vieira (2015), o jornalista trata a biografia como resultado de uma apuração jornalística; assim, características inerentes ao ofício como o tratamento ético junto às fontes, transparência, verdade, objetividade e liberdade de atuação também estão presentes. Além de trazer características dos jornais esclarecidas por Groth (2011) e sua proximidade com o formato livro-reportagem, defendido por Lima (2009), o artigo referenciou Gauthier (2015), Guerra (2008), Miguel e Biroli (2010), Plaisance (2011), Cornu (1994) e Karam (1997) a fim de especificar o debate junto a privacidade e o interesse público.

Portanto, embora a biografia seja um gênero híbrido (DOSSE, 2009), pode-se levantar atributos onde o produto da investigação seja caracterizado como jornalístico, na medida em que é marcado pelo uso de estratégias editoriais próprias (ainda que não exclusivas) ao jornalismo. Não pelo fato de ser assinado por um profissional jornalista, mas por construir uma narrativa segundo as regras defendidas pelo código deontológico. Uma obra que simbolize um reduto dos direitos, deveres e obrigações do ofício. Da mesma forma, pelo fato de que, na grande maioria dos casos – e com o trabalho de Mário Magalhães, sobre a vida de Marighella não é diferente – o que orienta as ações investigativas é uma espécie de ‘horizonte normativo’ profissional que atravessa as práticas e estratégias editoriais em Jornalismo.

Referências

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **O réu e o rei**: minha história com Roberto Carlos, em detalhes. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CORNU, Daniel. Os conteúdos dos códigos deontológicos. *In: Jornalismo e verdade: Para uma ética da informação*. Lisboa: Piaget, 1994.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FONSECA, Virginia Pradelina da S.; VIEIRA, Karine Moura. A biografia como acontecimento jornalístico. **Líbero**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 99-108, dez. 2011.

GAUTHIER, Gilles. A verdade: visada obrigatória do jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 2, p. 204-215, jul-dez, 2015.

GROTH, Otto. Parte II: "As características..." *In: O poder cultural desconhecido*. Fundamentos da Ciência dos Jornais. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes. 2011.

GUERRA, Josenildo. A notícia como "reprodução da realidade". *In: O Percorso Interpretativo da Produção da Notícia*: Verdade e relevância como parâmetro de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracajú: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. São Paulo: Manole, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIPPMANN, Walter. O mundo exterior e as imagens em nossas mentes. *In: Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MIGUEL, Luis F; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade. A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, p. 59-76, jun 2010.

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na comunicação**: princípios para uma prática responsável. Porto Alegre: Penso, 2011.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cíntia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores (USP)**, São Paulo, v. 7, p. 138-157, 2013.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim P (2009). **Teoria do Gatekeeping** - seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso. 2011. pp: 11-47; 157-188.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. Prêmio Jabuti: do incentivo à leitura à promoção da cultura brasileira. **Bibliocom**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 15-23, 2014.

VIEIRA, Karine Moura. **Do fazer um saber - A construção do biografar**: o discurso de autoria sobre a prática jornalística na produção de biografias por jornalistas brasileiros, 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.